



UNIVERSITY
NETWORK
FOR HUMAN
RIGHTS

O Desenrolar de uma Crise de Direitos Humanos:

a Extração de Areias Pesadas e
o Impacto nos Direitos Humanos e
Ambientais em Varela, Guiné-Bissau

A University Network for Human Rights capacita as próximas gerações de defensores, envolvendo alunos de graduação e pós-graduação em atividades supervisionadas de apuração de fatos, documentação e advocacy em direitos humanos. Defendemos os direitos humanos em seu sentido mais amplo e buscamos uma advocacy baseada em movimentos que centralize as vozes das comunidades diretamente afetadas.

Citação preferencial: O Desenrolar de uma Crise de Direitos Humanos: a Extração de Areias Pesadas e o Impacto sobre os Direitos Humanos e Ambientais em Varela, Guiné-Bissau, University Network for Human Rights, julho de 2025. Salvo indicação em contrário, todas as fotos são © equipe da UNHR.

"As flores secaram e os cajueiros não dão mais frutos como outrora."

Entrevistada em Varela, 19 de Maio, 2025

Índice

<i>Resumo Executivo</i>	<i>05</i>
<i>O Contexto da Extração de Areias Pesadas</i>	<i>06</i>
Contexto	06
A Consulta Inicial	07
Os Impactos da Extração	08
Forças de Segurança na Região	10
A Ameaça que Avança	13
<i>Breve Contexto: Guiné-Bissau</i>	<i>13</i>
<i>Obrigações Internacionais e Preocupação</i>	
<i>com o Direitos Humanos em Varela</i>	<i>15</i>
1. Direitos dos povos indígenas	15
2. Transformação e profanação de	
territórios sagrados tradicionais.....	19
3. Padrão de vida adequado	20
4. Degradação Ambiental	22
5. Prisões arbitrárias, intimidação	
e ameaças a membros da comunidade	
e defensores dos direitos humanos	24
<i>ADENDA.....</i>	<i>28</i>
Metodologia.....	28
Agradecimentos	29

O Desenrolar de uma Crise de Direitos Humanos: a Extração de Areias Pesadas e o Impacto nos Direitos Humanos e Ambientais em Varela, Guiné-Bissau

Resumo Executivo

A extração de areias pesadas na região de Varela é vista como uma séria ameaça à existência do povo Felupe, uma população indígena do norte da Guiné-Bissau. Apesar da ampla oposição das comunidades diretamente afectadas ao longo de mais de uma década, o governo fez avançar o projeto, mais recentemente com uma nova entidade empresarial. No dia 18 de abril deste ano, um grupo de mulheres protestou contra a extração de areias pesadas em Nhiquim e alguém incendiou a infra-estrutura de extração de areia. As autoridades responderam prendendo cinco líderes comunitários e levando-os para um centro de detenção na capital, apesar de provas de que a maioria deles não tinha participado em quaisquer actos de vandalismo.¹ Conforme amplamente noticiado nos meios de comunicação nacionais, o governo também enviou um destacamento de forças de segurança para a região e prometeu que até cem soldados seriam deslocados para Varela. Atualmente, a situação nas comunidades é tensa.

Em maio, investigadores e supervisores da University Network for Human Rights (UNHR), uma organização internacional sediada nos Estados Unidos e em Portugal, com investigadores da Justiça Global, uma organização de direitos humanos sediada no Brasil, a especialista em direitos humanos Profa. Aua Baldé, e quatro activistas de direitos da Guiné-Bissau visitaram as aldeias de Nhiquim, Hassuka, Madina e Yale. O grupo de investigação procurou documentar o impacto da extração de areias pesadas nestas comunidades e a consequente privação de liberdade de cinco líderes, na sequência de protestos e de um ataque incendiário a um local de extração de areias pesadas em Nhiquim em abril. Atestamos agora as graves ameaças que o prosseguimento da extração de areias pesadas na região de Varela representa para a subsistência dos Felupe e de outros povos.

¹ Foi noticiado na media nacional e internacional a prisão de pelo menos 16 pessoas da comunidade. Dessas pessoas, a maioria foi solta no mesmo dia mas cinco foram levadas para interrogatório e para prisão na capital, Bissau.

O Contexto da Extração de Areias Pesadas

Contexto

Varela é um dos seis sectores administrativos da região de Cacheu, no norte da Guiné-Bissau, na fronteira com o Senegal. As aldeias de Nhiquim, Madina Varela, Basseor, Carruae, Sukujaque, Hassuka, Yale e Tenhate também estão localizadas nesta secção. Em Varela, o povo Felupe expressou que os elevados níveis de pobreza, subnutrição, doenças e conflitos armados ao longo de muitos anos² os levaram a um sentimento coletivo de abandono, desconfiança, raiva e medo. No passado, foi prometido a estas populações que a extração de areias pesadas traria benefícios para as comunidades locais (tabancas). No entanto, não foi isso que aconteceu. Os habitantes de Varela queixaram-se da falta de postos de saúde, farmácias, escolas, água, eletricidade, saneamento, estradas e transportes suficientes e adequados.

A extração de areias pesadas visa separar o zircónio (Zr), a ilmenite (óxido de ferro e de titânio - FeTiO_3) e o rutilo (dióxido de titânio - TiO_2). O zircónio é utilizado em várias indústrias, incluindo a nuclear (reactores nucleares), a química, a eletrónica e a construção, bem como outros metais essenciais para os sectores da aeronáutica e das telecomunicações. A ilmenite e o rutilo são utilizados em tintas, cartuchos de impressora, corantes para tecidos, papel, protectores solares, produtos alimentares e cosméticos. A extração é feita através de concessões a empresas responsáveis pela exploração de plataformas flutuantes que recolhem a areia depositada na costa, filtram os metais e os elementos desejáveis e devolvem a areia ao local. Uma das principais empresas que operou em Varela no passado foi a empresa mineira russa Sociedade Poto Sarl, sob a direção de Romesh Silva Gomes.

A atual licença de exploração teria sido aprovada sem participação pública pouco depois do golpe militar de 12 de abril de 2012. Os membros da comunidade e os peritos jurídicos que consultámos contestam a legitimidade destas licenças devido ao facto de terem sido aprovadas durante um governo eleito não democrático que se seguiu ao golpe de 2012.³ De facto, a 6 de agosto de 2012, poucos dias antes do golpe, a Comissão de Recursos e Resolução de Litígios da Autoridade de Contratação Pública da Guiné-Bissau suspendeu

² Ver Voz di Paz e Interpeace, "Guiné-Bissau – As causas de conflitos: a voz do povo – Resultados da audição nacional realizada em 2008." Agosto de 2010. Disponível em: https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2010/08/2010_GB_Interpeace_Voz_Di_Paz_The_Voice_Of_The_People_PT.pdf.

³ Intumbo, L.M., "Autoridades Tradicionais no Processo de Exploração dos Recursos Naturais na Região de Cacheu – Guiné-Bissau: O Caso da Areia Pesada de Varela (2009-2022), Dissertação apresentadas ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024.

a licença de exploração de areias pesadas devido a violações ambientais alegadamente cometidas pela Poto Sarl.⁴ Apesar disso, as autoridades militares avançaram com o projeto, concedendo à empresa russa uma concessão por dez anos. Essa concessão terminou em 2022-23 e não parece ter sido renovada. Outras empresas de várias nacionalidades já efectuaram prospecções no local (através de perfurações e escavações experimentais). Atualmente, as principais empresas responsáveis pela exploração de areias pesadas do Bloco 12 em Nhiquim são as empresas West African Union e a GMG Internacional FZC SA que têm australianos, malinês e gambianos como acionistas majoritários e é administrada por Raimundo Joaquim Tonha.⁵

A Consulta Inicial

Apesar das alegações de que a comunidade foi consultada e informada sobre a extração, os entrevistados foram claros na sua convicção de que o governo e a empresa não conseguiram chegar a um acordo ou sequer negociar com as comunidades locais os termos desta atividade. De facto, o governo e as empresas que têm trabalhado na região têm demonstrado indiferença em relação à situação dos Felupes e aos seus apelos para protegerem os seus meios de subsistência. Um líder comunitário exprimiu este sentimento ao explicar que: “Nós já cá estávamos antes de isto ser a Guiné-Bissau”.⁶ Estas comunidades receiam, com razão, que a sua cultura e as suas terras ancestrais sejam destruídas. Os membros da comunidade disseram à nossa equipa de investigação que as reuniões do governo com a população local, descritas como “consulta à comunidade” no relatório de avaliação ambiental, foram entendidas pela população como eventos orquestrados para manipular a informação contra eles. Alguns disseram que os representantes da empresa e os funcionários do governo ofereceram aos membros da comunidade gado, palma e arroz em troca da aprovação, mas a comunidade recusou o que muitos entenderam como suborno.⁷ Os membros da comunidade disseram às nossas equipas de investigação que, quando as reuniões ocorriam, expressavam a sua preocupação e o seu pedido para que toda a extração de areia fosse imediatamente interrompida.

⁴ *Ibid.*

⁵ *Lusa – Business News*, Guinea-Bissau: Mining company asks locals for truce. 14 de Maio, 2025. Disponível em: <https://www.aman-alliance.org/Home/ContentDetail/89967>.

⁶ Entrevista em Varela, 19 de Maio, 2025.

⁷ “... Um representante do governo levou vacas, palma, arroz e assim mesmo a população se colocou contrária à exploração.” Entrevista em Varela, 24 de Maio, 2025.

Os Impactos da Extração

Quando em funcionamento, o local de extração produz um ruído constante e perturbador, incluindo aos fins-de-semana e feriados. Não nos foi possível corroborar este facto porque, na altura da nossa visita, o local não estava ativo. Documentámos a instabilidade do solo da areia removida que, segundo os membros da comunidade, foi responsável pela morte de seis bovinos que ficaram presos na areia afundada e por um acidente com uma criança pequena. Além da área desmatada para a extração de areia, nossa equipe também documentou o desmatamento de uma grande área próxima à floresta sagrada dos Felupe em Nhiquim, onde a empresa e o governo planejam construir uma estrutura permanente para servir tanto ao pessoal de segurança quanto aos trabalhadores.

O impacto da extração de areia pesada aumenta as vulnerabilidades da região devido às alterações climáticas⁸ e a outras vulnerabilidades estruturais, como a fraca diversificação da produção agrícola e a urbanização.⁹ Nos últimos anos, os Felupe têm assistido ao desmantelamento dos seus sistemas de subsistência, que se baseiam nos rios (utilizados para abastecimento de água, irrigação e pesca), nas florestas e no oceano. A população que vive perto dos locais de extração de areia pesada tem notado que as águas dos rios, utilizadas para irrigar os campos de arroz (bolanhas) e para a pastorícia, estão cada vez mais salinizadas ou contaminadas com os resíduos do local de extração. A investigação na região mostra que a salinidade do solo aumenta significativamente durante a estação seca, quando os sais são transportados para cima a partir do lençol freático salino devido à evaporação do solo. Este processo é atenuado durante a estação das chuvas, quando a precipitação lava o sal das camadas superficiais.¹⁰ Embora a salinização possa resultar principalmente da subida do nível do mar devido às alterações climáticas, com estimativas de uma redução significativa da produtividade do arroz nos próximos anos,¹¹ alguns membros da comunidade

⁸ “Para a região de Varela, ambiente de praia com baixa elevação do terreno, em torno dos 4m, com uma batimetria adjacente menor que 3m de profundidade e com uma amplitude de maré entre 3 e 4m, faz com que esta zona seja mais vulnerável à transgressão da linha de costa e erosão costeira. Ainda a zona apresenta bolanhas salgadas, que estão ameaçadas pela intrusão salina pelo avanço do nível do mar e da falta de manutenção dos diques de terra.” Em Duran, Alejandro Rueda (coord). “Vulnerabilidade da zona costeira de Guiné-Bissau face aos efeitos das alterações climáticas”, Relatório Final de Projeto, 2023. P.21.

⁹ “(...) a erosão na praia de Varela no noroeste do país, provocada em parte pela acção directa das ondas sobre a costa e por outro lado pela acção das águas pluviais sobre a falésia situada em frente a costa. Nesse lugar este fenómeno tende-se a agravar considerando a pressão crescente da urbanização em direcção a costa.” Em, “Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade” Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projeto GBS/97/G31/1G/9.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ Garbanzo, G., Cameira, M., Paredes, P., Temudo, M. and Ramos, T., “Modeling soil water and salinity dynamics in mangrove swamp rice production system of Guinea Bissau, West Africa”. Elsevier, Agricultural Water Management 313 (2025) 109494. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>

atribuíram a responsabilidade à atividade de extração de areias pesadas e expressaram a sua raiva contra ela. Estes membros da comunidade acreditam que a extração de areia está a provocar a erosão costeira, a contaminação da água (salinização e resíduos), o ruído, o esgotamento dos recursos marinhos e a degradação das terras e florestas agrícolas, pastoris e sagradas. Além disso, atribuem também à extração de areias pesadas riscos para a saúde das mulheres grávidas. Não estamos cientes de estudos demonstrando conexão entre a extração de areias pesadas e riscos pré-natal. Dito isso, o que é importante neste contexto é a falta de informação adequada e falha na consulta segundo as normativas nacionais e internacionais que levam a suspeita, desconfiança e rumores, alguns com razão e outros sem tanta razão.

Melhores Práticas de Mineração de Areias Pesadas

A UNHR entrevistou Sofia Barbosa, doutorada em engenharia geológica e professora auxiliar no Departamento de Ciências da Terra da Universidade Nova de Lisboa. A Dra. Barbosa explicou que as melhores práticas para a exploração de areias pesadas consistem na adoção de medidas específicas. Em primeiro lugar, qualquer empresa mineira deve passar por uma avaliação AIA/EIA. A empresa deve permitir uma investigação completa dos seus métodos e ouvir as opiniões da comunidade. Depois de passar esta avaliação, as empresas obterão uma licença de exploração mineira. O insucesso na fase de avaliação deve suspender qualquer atividade na zona. As suas actividades mineiras não devem exceder a área que estão autorizadas a explorar. Esta área deve estar bem marcada e os seus limites devem ser facilmente identificados. Antes de iniciar a exploração mineira, as empresas devem contratar um geólogo ou um perito em minas para aconselhar o projeto. As minas devem ser escavadas ao largo da costa, em zonas costeiras, para que o oceano não inunde a mina. Em segundo lugar, na extração de areias pesadas, o solo superficial deve ser retirado da cava de extração para alcançar as areias pesadas. Isto leva a poços com cerca de 25m-50m de profundidade. O solo superficial é posto de lado. A areia pesada deve então ser retirada da cava e separada das areias leves através de métodos hidrográficos. Estes métodos são normalmente isentos de utilização de produtos químicos e, por conseguinte, menos nocivos para o ambiente do que os métodos de extração baseados em produtos químicos. As areias são separadas através de torres de hidrocilones, misturando as areias leves e a água numa substância lamacenta. Esta água lamacenta deve ir para áreas de armazenamento chamadas lagoas de deposição, que têm um pano ou uma rede no fundo para impedir que a substância seja absorvida de novo pelo solo e afecte os níveis dos aquíferos. A água destas lagoas deve ser bombeada através de um circuito fechado para que

possa ser reutilizada no processo de extração. Para atenuar os impactos visuais da mina, deve ser construída uma cortina de arboreto à volta da área explorada. Uma vez terminada a exploração da área, o solo superficial deve ser colocado de novo na cava. É preferível utilizar poços mais pequenos e substituir o solo superficial à medida que o processo prossegue, em vez de escavar um grande poço. Antes de abandonar a mina, é importante desligar todo o equipamento, remodelar o terreno e revegetar a área.¹²

Forças de Segurança na Região

Ao discutirem as suas preocupações, os entrevistados expressaram ansiedade e medo das forças de segurança presentes na região. As nossas equipas entrevistaram cinco pessoas detidas arbitrariamente no dia 18 de abril. As autoridades policiais levaram quatro dessas pessoas das suas casas em momentos diferentes ao longo da tarde e da noite de 18 de abril. Estas autoridades não apresentaram qualquer mandado. Quatro dos detidos foram levados inicialmente para Ingoré, onde passaram duas noites. Uma delas foi detida no local (vigiavam-na enquanto ela era obrigada a permanecer no chão perto do local sem alimentação ou água). Em seguida, foram levados para Bissau e mantidos na Segunda Esquadra sem acesso a um advogado durante 10 dias.¹³ Enquanto estiveram detidos, não receberam alimentação adequada nem água. Os membros da sua comunidade em Bissau forneceram-lhes refeições enquanto estiveram detidos e dinheiro para o seu regresso a Varela. Entre os detidos, dois são autoridades espirituais locais, ou régulos, um é membro do comité comunitário, um órgão administrativo, uma é ativista dos direitos e mulher de negócios, e a quinta pessoa é uma conhecida organizadora comunitária. Como as pessoas detidas e levadas para a capital são importantes autoridades comunitárias, administrativas e espirituais locais, estas detenções constituem provavelmente uma tentativa de intimidar a população e punir os defensores de direitos humanos. Outros membros da comunidade foram detidos temporariamente no mesmo dia. A imprensa bissau-guineense e internacional noticiou que cerca de 16 pessoas tinham sido detidas no âmbito dos protestos em Varela.¹⁴

¹² Entrevista with Sofia Barbosa, Lisboa, 15 de Maio, 2025.

¹³ RTP Notícias. "Advogados sem autorização para falar com empresária italiana detida em Bissau." 22 de Abril, 2025. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/advogados-sem-autorizacao-para-falar-com-empresaria-italiana-detida-em-bissau_n1649621 Membros da comunidade puderam ver as pessoas detidas em algumas ocasiões e oferecer comida e outros produtos de necessidade.

¹⁴ RFI. "Guiné-Bissau: 16 detidos em protesto contra empresa de exploração de areias pesadas." 20 de Abril, 2025. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica-lus%C3%B3fona/20250420-guin%C3%A9-bissau-16-detidos-em-protesto-contra-empresa-de-explora%C3%A7%C3%A3o-de-areias-pesadas>.

Nos últimos meses, a presença das forças de segurança nesta região intensificou-se. As autoridades enviaram pessoal militar para a região para proteger o local de extração e as suas máquinas. Após o incêndio criminoso, as autoridades anunciaram a construção de um quartel militar (à entrada do local), para controlar a principal estrada de acesso a Nhiquim. Diz-se que este novo posto terá capacidade para 100 soldados. Os membros da comunidade vêem esta medida como um sinal da intenção do governo de avançar a todo o custo, apesar da forte oposição, dos riscos ecológicos documentados¹⁵ e dos receios de uma potencial deslocação forçada. A nossa equipa observou a entrega de quantidades significativas de materiais de construção neste local na segunda-feira, 19 de maio. Os militares também disseram à nossa equipa que o governo e a empresa tem a intenção de reiniciar as operações na região em breve.

A comunidade tem medo dos militares que circulam livremente pela zona e partilham espaços e instalações públicas. Enquanto estávamos a realizar entrevistas em Nhiquim, um soldado veio ao local onde estávamos para recolher água e tomar banho. Quer fosse essa a intenção ou não, as suas acções foram vistas como ameaçadoras pelos membros da comunidade. Outros entrevistados disseram-nos que ficam preocupados quando os militares perguntam por eles. Uma entrevistada disse-nos que os militares foram a sua casa para a “cumprimentar” e que ela entendeu isso como uma ameaça.

A nossa equipa observou pessoal militar estacionado em duas áreas. Cerca de 12 homens estavam estacionados junto à estrada que dá acesso a Nhiquim e ao local de exploração. Estes militares estavam temporariamente instalados em contentores metálicos onde passavam a maior parte do dia. Observámos três mulheres a preparar comida neste acampamento. Disseram-nos que estavam a guardar a maquinaria da empresa (o que parecia ser duas escavadoras e um trator). As máquinas pareciam semi-novas. Perto desta estação, havia também uma área que tinha sido desmatada. O solo tinha sido nivelado, inclusive, aparentemente por queimadas, para construir o que alguns diziam ser uma estrutura mais permanente para servir os militares. Um entrevistado disse-nos que os trabalhadores chineses estacionados naquele local estavam a dormir nos contentores.

O segundo posto militar é adjacente ao local da escavação. Observámos um contentor pintado de azul que parecia ser o seu quartel-general e que poderia ter permanecido do período de escavação da Poto Sarl. Quando chegámos a este local pela primeira vez, havia cinco homens a descansar debaixo de um cajueiro. Observámos que tinham instalações muito precárias. Levaram-nos a ver a estrutura e as areias pesadas refinadas. Recolhemos uma amostra da areia

¹⁵ Relatório de Estudo de Impacto Ambiental e Social para a Exploração de Metais Pesados (Ilmenite, Zircão, Leucoxeno e Rutilo), na Zona de Varela, Sector de São Domingos, Região de Cacheu – Guiné-Bissau. Estudo de Impacto Social e Ambiental Elaborado por GestaplanConsultingArL com sede na rua Rui Djassi R/C Esq. Tel. +245 95 6268304, Mellinut@gmail.com.

refinada. Os homens disseram-nos que a estrutura tinha sido destruída pelo fogo ateado pelos manifestantes em abril. Observámos danos significativos na estrutura, que também parecia rudimentar, mas não pudemos avaliar as condições do gerador e do motor. Explicaram-nos, casualmente, que a areia à volta da estrutura não era segura e que podia afundar. Disseram-nos também que a empresa vai reconstruir a estrutura. A certa altura, um dos homens confidenciou que acreditava que os militares locais tinham permitido o protesto e o incêndio da estrutura. De acordo com este soldado, os manifestantes não sofreram quaisquer baixas porque eram mulheres. Se fossem homens, teriam disparado contra eles, acrescentou. A ideia de que as autoridades locais podem ter permitido a destruição é coerente com uma declaração pública do Ministro do Interior e com a sua decisão de substituir todos os agentes da Guarda Nacional no local. O Ministro classificou o seu comportamento como inoperável: “Não é admissível ter uma arma e não conseguir dispersar um grupo de pessoas. Não disse para matar, mas poderiam ter disparado ao ar ou na terra para desencorajá-los.”¹⁶



Imagens da estrutura de extração de areias pesadas em Nhiquim destruída depois do incêndio. 19 de Maio, 2025.

A comunidade que vive em Nhiquim também está receosa porque alguns receberam ordens para abandonar as suas propriedades. Não vimos uma cópia dessas ordens, mas os entrevistados disseram-nos que, inicialmente, de acordo

¹⁶ *O Democrata*. “Caso Suzana: Ministro do Interior Anuncia Substituição de Elementos da Guarda Nacional das Instalações da Empresa Chinesa.” 20 de Abril, 2025. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=51987>.

com a ordem, lhes foi dado um prazo até 20 de maio para abandonarem as suas propriedades. Estes membros da comunidade também nos disseram que não tinham recebido quaisquer instruções sobre para onde ir, nem foram informados se iriam receber alguma indemnização.

A Ameaça que Avança

De acordo com o Ministério do Ambiente, a área de concessão em Varela consiste em aproximadamente 350 hectares de terra em Nhiquim.¹⁷ A nossa equipa de investigação foi informada de que o valor das areias é de aproximadamente US\$200 por tonelada e que a área em que a extração foi autorizada contém aproximadamente 80.000 toneladas de areias pesadas.¹⁸ O valor potencial das areias pesadas extraídas seria então de cerca de 80.000 x US\$ 200 ou aproximadamente US\$ 16 milhões. Mas também nos foi dito que foi concedida uma licença de prospeção ou pesquisa de depósitos minerais num local, através de perfurações e escavações experimentais, numa área de 8.467 hectares, ou seja, numa área mais de 24 vezes superior à do atual local de exploração. Apesar de ter solicitado em múltiplas ocasiões, a nossa equipa não logrou obter os documentos oficiais relativos ao projeto, incluindo a licença. A zona de prospeção estende-se ao longo da praia por muitos quilómetros. Assim, enquanto o valor das areias pesadas em extração é de 16 milhões de dólares, o valor potencial de operações alargadas a toda a área de pesquisa é de quase meio bilhão de dólares. Este último valor explica a intensidade da reação do Estado - as detenções selectivas e arbitrárias e a decisão de enviar dezenas de militares. Representa também uma séria ameaça para a população Felupe.

Breve Contexto: Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, fazendo fronteira com o Senegal ao norte e com a Guiné ao leste e ao sul. Com uma população de 2,1 milhões de habitantes,¹⁹ a Guiné-Bissau tem um PIB per capita de \$2.048 dólares (2023)²⁰ e ocupa o 174º lugar entre 191 países no Índice de Desenvolvimento Humano.²¹ A maioria da população vive em zonas rurais onde a principal atividade económica é a produção de um pequeno conjunto de culturas agrícolas. Apesar

¹⁷ Entrevista Ministério do Meio Ambiente, Bissau, 28 de Maio, 2025.

¹⁸ Entrevista com oficial do Ministério do Meio Ambiente, Bissau, 28 Maio, 2025.

¹⁹ World Bank Group, Population Total, All Countries and Economies. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>.

²⁰ World Bank Group, GDP (current US\$). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>.

²¹ UNDP, Human Development Reports. Human Development Insights. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>.

da sua relativa pouca visibilidade a nível mundial, a Guiné-Bissau mantém a sua centralidade na história da independência e da descolonização, sendo a terra natal de Amílcar Cabral, um dos mais aclamados líderes africanos da libertação.²²

De acordo com a UNICEF, os elevados níveis de pobreza na Guiné-Bissau afectam as desigualdades na nutrição infantil em todo o país. Apesar de algumas melhorias na última década, a desnutrição é um grande desafio de saúde pública na Guiné-Bissau.²³ Em 2019, a prevalência nacional de desnutrição aguda na Guiné-Bissau era de 7,3 por cento, atingindo 9 e 10 por cento em algumas áreas.²⁴ Apenas metade dos nascimentos no país são registados.²⁵ O sistema de saúde enfrenta um fornecimento baixo e esporádico de medicamentos e equipamento e, muitas vezes, não cumpre o nível de pessoal dos Centros de Saúde Públicos exigido pela OMS para cuidados mínimos de qualidade.²⁶ Os dados desagregados sobre o povo Felupe não estão amplamente disponíveis, mas os dados sobre o Cacheu (a região em que o projeto está localizado e na qual estão Varela e São Domingos onde os Felupe são o principal grupo étnico) mostram que a taxa de pobreza é de 80,5 por cento;²⁷ a mortalidade neonatal/1.000 em 2022 foi de 37 e a mortalidade infantil/1.000 foi de 44.²⁸ Segundo a UNICEF, “o fardo do VIH na Guiné-Bissau é um dos mais elevados da África Ocidental e a cobertura da terapia antirretroviral é uma das mais baixas”.²⁹ A taxa de conclusão do ensino primário é inferior a 30 por cento.³⁰

Com mais de 20 grupos étnicos e várias crenças religiosas, a política de identidade tem uma influência significativa durante as eleições.³¹ Felizmente,

²² Roque, S., “Amílcar Cabral Today: Collective Memory and Social Narratives in Guinea-Bissau (and beyond)” In Political Instability in Guinea-Bissau, Sousa, R.R.P, Herpolsheimer, J. and Cuadrado, J. (editors), Routledge, 2025.P. 26.

²³ UNICEF Guinea-Bissau, Maternal and child nutrition: Contributing for adequate nutrition for every women and children, programme. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/maternal-and-child-nutrition>.

²⁴ UNICEF Guinea-Bissau, Situation Analysis of Children's Rights and Well-Being in Guinea-Bissau. 2019, Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/media/1316/file/SITUATION%20ANALYSIS%20OF%20CHILDREN%E2%80%99S%20RIGHTS%20AND%20WELL-BEING%20IN%20GUINEA-BISSAU%202019.pdf>.

²⁵ Biometricupdate. “Guinea-Bissau deploys efforts to digitize birth registration, national ID systems.” 10 de Junho, 2025. Disponível em: <https://www.biometricupdate.com/202506/guinea-bissau-deploys-efforts-to-digitize-birth-registration-national-id-systems>.

²⁶ *Ibid*.

²⁷ FAO, Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agroômica para o Desenvolvimento e a União Europeia. Perfil de Sistemas Alimentares Guiné-Bissau: Catalisando a transformação sustentável e inclusiva dos sistemas alimentares, Bruxelas 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/057eff8b-c077-4fd1-9543-a270c76ee82a/content>.

²⁸ República da Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estatística. Anuário Estatísticas Vitais Guiné-Bissau 2018-2022. Disponível em: https://www.stat-guineabissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/projecoes/Anuario%20Final_de_Estatisticas_Vitais.pdf.

²⁹ *Ibid*.

³⁰ UNICEF Guinea-Bissau Annual Report 2022, UNICEF Delivering for Children in Guinea-Bissau with our partners, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/media/2291/file/UNICEF%20Guinea-Bissau%20Annual%20Report%202022.pdf>.

³¹ Asano, R. “The 2019 National Elections in Guinea-Bissau.” In Political Instability in Guinea-Bissau, Sousa, R.R.P, Herpolsheimer, J. and Cuadrado, J. (editors), Routledge, 2025, P.143.

as tensões étnicas e religiosas têm sido relativamente moderadas e não têm constituído uma fonte importante de instabilidade política ou de violência. A corrupção, a exploração de mercados paralelos (armas ilegais, madeira, narcotráfico) e as disputas recorrentes entre primeiros-ministros e presidentes sobre o controlo ou a fidelidade às forças armadas têm, pelo contrário, provocado instabilidade e perturbações políticas.³² Para responder a estas dinâmicas e evitar a instabilidade política violenta, desde 2012, a ONU, a UA, a CEDEAO e a UE mantêm uma presença no país.

Segundo a organização Transparência Internacional, a Guiné-Bissau encontra-se entre os países com os níveis mais elevados de perceção de corrupção (pontuação de 21 - 158º lugar entre 180 países).³³ Os grupos de defesa dos direitos humanos manifestaram a sua preocupação com a crescente centralização do poder na presidência³⁴ e a correspondente violação dos direitos individuais de expressão e das liberdades fundamentais.³⁵

Obrigações Internacionais e Preocupação com o Direitos Humanos em Varela

A Guiné-Bissau ratificou os principais tratados das Nações Unidas em matéria de direitos humanos. É também um Estado membro da União Africana tendo ratificado a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. A Guiné-Bissau é também membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A Constituição estabelece que as suas disposições devem ser interpretadas de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

1. Direitos dos povos indígenas

De acordo com peritos da ONU, um grupo indígena pode ser identificado com

³² Sousa, R.R.P, Cuadrado, J., "Non-development Neopatriotism in Guinea-Bissau," In Political Instability in Guinea-Bissau, Sousa, R.R.P, Herpolsheimer, J. and Cuadrado, J. (editors), Routledge, 2025, P. 85.

³³ Transparency International. Corruption Perceptions Index. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2024/index/gnb>. Ver também BTI Transformation Index, Country Report 2024. Disponível em: <https://bti-project.org/en/reports/country-report/GNB>.

³⁴ Djassi, B.D., "Instability in Guinea-Bissau Through an Analysis of its Political Institutions: Early 1990s until 2023" in Guinea-Bissau, Sousa, R.R.P, Herpolsheimer, J. and Cuadrado, J. (editors), Routledge, 2025. P.101. Ver também, Inter Parliamentary Union. Guinea-Bissau, Decision adopted unanimously by the IPU Governing Council at its 213th Session, Geneva, 27 de Março, 2024. Disponível em: <https://www.ipu.org/sites/default/files/documents/guinea-bissau-174-e.pdf>.

³⁵ DW. "Guinea-Bissau escalates crackdown on press freedom: Guinea-Bissau is becoming increasingly dangerous for critical journalists and opposition figures A "people's movement" is now daring to rise up against President Umaro Sissoco Embaló. 8 de Novembro, 2024 Disponível em: <https://www.dw.com/en/guinea-bissau-escalates-crackdown-onpress-freedom/a-69896039> Ver também, Freedom House. Guinea-Bissau Overview. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/guinea-bissau/freedom-world/2025>.

base em critérios que incluem a auto-identificação, a continuidade histórica com sociedades pré-coloniais e/ou pré-colonizadoras, fortes ligações aos territórios e aos recursos naturais circundantes, sistemas sociais, económicos ou políticos distintos; línguas, culturas e crenças distintas; o facto de constituírem grupos não dominantes da sociedade; e a determinação de manter e reproduzir os seus ambientes e sistemas ancestrais como povos e comunidades distintos.³⁶

Embora a Constituição da Guiné-Bissau não preveja um estatuto específico para os grupos indígenas, o povo Felupe é um grupo étnico distinto, com uma língua, uma organização política e expressões culturais distintas, incluindo principalmente crenças animistas. Acreditam que a terra é governada por *iran* - espíritos, deuses, antepassados e forças naturais - e não pelo Estado. Tendo habitado estas terras durante gerações, não se vêem como beneficiários de concessões governamentais, mas como administradores da terra em nome destas forças espirituais e autoridades tradicionais. É importante sublinhar que esta região faz fronteira com a República do Senegal. Esta localização geográfica confere à zona uma relevância geopolítica particular, quer em termos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais, quer em termos de circulação de comunidades transfronteiriças - do Senegal e da Gâmbia - com laços culturais, étnicos e espirituais. Os Felupes mantêm ligações históricas e culturais com populações transfronteiriças do mesmo grupo étnico que partilham crenças e práticas tradicionais. Este contexto transfronteiriço coloca desafios específicos à proteção dos direitos humanos, nomeadamente no que se refere ao respeito pelos direitos colectivos à terra e à preservação dos locais sagrados.

Aplicando o quadro estabelecido pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, 2007), é possível interpretar a forma como as violações dos direitos humanos afectam as populações indígenas. No seu cerne, esta Declaração afirma que os povos indígenas têm direitos à auto-determinação, às terras, aos territórios, aos recursos naturais e ao consentimento livre, prévio e informado.³⁷

O artigo 10º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) estabelece que: “Os povos indígenas não deverão ser removidos à força das suas terras ou territórios. Não haverá realojamento sem o consentimento livre, prévio e informado das populações indígenas em causa e após acordo sobre uma compensação justa e equitativa e, sempre que possível, com a opção de regresso.”

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), adoptada pela Organização da Unidade Africana em 1981, também reconhece o direito

³⁶ UN Indigenous Peoples – Respect NOT Dehumanization Disponível em: <https://www.un.org/en/fight-racism/vulnerable-groups/indigenous-peoples> e UN Permanent Forum on Indigenous Issues, “Indigenous Peoples, Indigenous Voices”, Factsheet disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/5session_factsheet1.pdf.

³⁷ UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples adopted by the General Assembly A/61/L.67 and Add1 Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_en.pdf

à autodeterminação (artigo 20.1), aos recursos naturais (artigo 21.1), ao desenvolvimento e ao ambiente (artigos 22.1 e 22.2).³⁸

Em 2023, a Guiné-Bissau também ratificou (por meio de adesão) a Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental (Aarhus, 1998).³⁹ A Convenção de Aarhus estabelece obrigações relativas ao acesso à informação e à participação pública, inclusive na negociação e implementação de acordos internacionais, e ao acesso à justiça, enfatizando a relação entre cidadãos e governos em questões e decisões ambientais.⁴⁰

A consulta livre, prévia e informada das comunidades locais antes da concessão de exploração de recursos naturais de valor coletivo, como é o caso da areia pesada de Varela, está regulamentada na Constituição Bissau-Guineense, artigos 85 a 87 (CRGB, 1996). Para além disso, a Lei de Base do Ambiente estabelece no artigo 32º - Avaliação ambiental; artigo 33º - Licenciamento ambiental; artigo 38º - Participação das comunidades. Apesar destas garantias, em Varela, parece ter existido e continuar a existir uma falta de transparência generalizada relativamente à concessão para a exploração de areias pesadas e uma falta de divulgação de informação sobre o processo de exploração e os recursos e lucros obtidos. Muitos dos membros da comunidade entrevistados afirmaram que não fizeram parte de um processo de consulta e que, nas raras ocasiões em que se encontraram com representantes do governo ou da empresa, deixaram claro que não queriam a exploração ou extração de areias pesadas nos seus territórios.⁴¹

Um dos entrevistados relatou à nossa equipe de pesquisa: “A dada altura

³⁸ Segundo o Artigo 20.1 “All peoples shall have right to existence. They shall have the unquestionable and inalienable right to self-determination. They shall freely determine their political status and shall pursue their economic and social development according to the policy they have freely chosen.” (Todos os povos têm direito à existência. Têm o direito inquestionável e inalienável à autodeterminação. Devem determinar livremente o seu estatuto político e buscar seu desenvolvimento económico e social segundo a política que livremente escolheram.) O Artigo 21.1 “All peoples shall freely dispose of their wealth and natural resources. This right shall be exercised in the exclusive interest of the people, In no case shall people be deprived of it.” (Todos os povos disporão livremente de suas riquezas e recursos naturais. Este direito será exercido no interesse exclusivo do povo. Em nenhuma hipótese os povos serão privados dele.) O Artigo 22.1. “All peoples shall have the right to their economic, social and cultural development with due regard to their freedom and identity and in the equal enjoyment of the common heritage of mankind.” (Todos os povos têm direito ao desenvolvimento económico, social e cultural, no devido respeito pela sua liberdade e identidade, e ao gozo igual do património comum da humanidade.) E o Artigo 22.2 “States shall have the duty, individually or collectively, to ensure the exercise of the right to development.” (Os Estados terão o dever, individual ou colectivamente, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento.) Organização da Unidade Africana, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/36390-treaty-Q011_-_african_charter_on_human_and_peoples_rights_e.pdf.

³⁹ UN Treaty Collection, 13. Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters, Aarhus, Denmark, 25 de Junho 1998. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XXVII-13&chapter=27. Como o Tratado de Aarhus já havia entrado em vigor (2001), o termo utilizado é que a Guiné-Bissau aderiu ao tratado mas as consequências jurídicas são as mesmas.

⁴⁰ UNECE, Environmental Policy, Public Participation. Disponível em: <https://unece.org/environment-policy/public-participation/aarhus-convention/introduction>

⁴¹ República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial. Lei de Base do Ambiente, Lei 1/2011. 2 de Março, 2011. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf>

compareceram na aldeia duas pessoas chinesas, duas mulheres e um homem guineense para conversar com o Rei sobre a exploração das areias pesadas. A resposta do Rei foi de que não querem a exploração... [Mesmo assim] a empresa começou a trabalhar sem informar a população.”⁴² Essa falta de comunicação e consentimento desencadeou protestos geralmente organizados por mulheres da comunidade.

Ao receberem informações de um suposto Estudo de Impacto Ambiental que cita uma consulta pública, membros da comunidade de Felupe apontaram que as informações e os nomes incluídos como membros que supostamente participaram da consulta eram imprecisos ou aparentemente inventados.⁴³ Nossas equipes tentaram entrar em contato com a empresa por telefone e e-mail, mas não obtiveram resposta.



Imagens que mostram o desmatamento próximo às terras sagradas dos Felupes, Maio, 2025

Recomendações: O governo deveria suspender toda e qualquer atividade de exploração de areias pesadas na região até que todas as medidas legais sejam devidamente adotadas. O governo deve realizar uma consulta pública completa e culturalmente adequada e respeitar o direito coletivo indígena à consulta livre, prévia e informada sobre todas as medidas que possam afetar seu estilo de vida. O consentimento para atividades econômicas deve ser obtido de representantes do povo Felupe, de acordo com suas tradições, leis e práticas, para que qualquer projeto seja levado adiante. O governo deve proteger os Felupe de deslocamentos arbitrários e garantir que uma compensação adequada por qualquer deslocamento seja acordada previamente com a comunidade. Todas as informações relativas à extração de areias pesadas ou outros projetos de exploração de recursos naturais devem ser claras, acessíveis e culturalmente

⁴² Entrevistas em Varela, 19 de Maio, 2025.

⁴³ Relatório de Estudo de Impacto Ambiental e Social para a Exploração de Metais Pesados (Ilmenite, Zircão, Leucoxeno e Rutílio), na Zona de Varela, Sector de São Domingos, Região de Cacheu – Guiné-Bissau. Estudo de Impacto Social e Ambiental Elaborado por GestaplanConsultingArl com sede na rua Rui Djassi R/C Esq. Tel. +245 95 6268304, Mellinut@gmail.com.

adequadas, inclusive na língua Felupe. As autoridades devem se engajar em um trabalho participativo genuíno com as comunidades locais para compreender a viabilidade das atividades de extração. A Guiné-Bissau deveria ratificar a Convenção 169 da OIT que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas inclusive os seus direitos políticos, econômico, sociais e culturais assim como seu direito de auto-determinação.

2. *Transformação e profanação de territórios sagrados tradicionais*

A exploração de areias pesadas ocorre em locais de grande importância espiritual e cultural frequentados por milhares de peregrinos, não apenas Felupes, mas também Manjacos e Mancanhis, inclusive de países vizinhos como a Gâmbia e o Senegal. Os Felupes consideram a concessão para extração de areias pesadas uma intrusão ilegítima e ilegal em espaços espiritualmente protegidos. Para marcar essas áreas sagradas e como forma de resistência espiritual, os Felupes utilizam a *manjidura*, expressão de uma visão coletiva de conexão com a terra. Acreditam que a *manjidura* traz uma maldição espiritual para aqueles que invadem e entram na terra sem permissão, provocando consequências graves, como doenças e morte para os perpetradores.

A legislação nacional na Guiné-Bissau relativa às áreas protegidas ainda não foi aprovada. No entanto, a necessidade urgente disso é observada no Artigo 31 (Áreas Protegidas) da Lei de Base do Ambiente afirmando que: “A legislação especial definirá a regulamentação e a regulamentação de uma rede nacional contínua de áreas protegidas.”⁴⁴

Recomendações: O governo deve garantir que os projetos de recursos naturais sejam consistentes com os padrões internacionais de direitos humanos e se concentrar na criação de um futuro sustentável para as comunidades locais, exigindo um estudo abrangente de análise de impacto ambiental e social com a participação e contribuições das comunidades potencialmente afetadas. O governo deve aprovar leis relativas às áreas protegidas e sua demarcação e garantir que os povos indígenas sejam incluídos em todos os debates públicos e nacionais. As autoridades também deveriam criar uma instituição nacional de direitos humanos segundo os Princípios de Paris (1991) e adotados pela Assembléia Geral da ONU em 1993 garantindo independência para promover e proteger os direitos humanos no país. As autoridades devem fornecer, desenvolver e disseminar informações precisas na forma de estudos ambientais e socioeconômicos e avaliações de impacto, destinados a solos sagrados e suas proximidades. As autoridades devem incluir as comunidades locais em

⁴⁴ República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial. Lei de Base do Ambiente, Lei 1/2011. 2 de Março, 2011. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf>.

todas as fases dos estudos de avaliação de impacto assim como certificar-se da participação ativa das comunidades no processo de tomada de decisão.

3. *Padrão de vida adequado*

De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), os Estados Partes comprometem-se a tomar medidas para garantir o pleno gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais de todos os indivíduos sujeitos à sua jurisdição.⁴⁵ O PIDESC reconhece o direito humano a um padrão de vida adequado, incluindo o direito à alimentação e a não passar fome. Os Estados também devem reconhecer o direito à saúde,⁴⁶ entre outros direitos. Todos esses direitos impõem aos Estados três tipos ou níveis de obrigações: o dever de respeitar, o dever de proteger e o dever de cumprir. Ou seja, os Estados Parte têm a obrigação de respeitar o acesso existente à alimentação adequada. Isso exige que não tomem quaisquer medidas que resultem em prejudicar, limitar ou impedir esse acesso. A segunda obrigação (de proteger) exige que os Estados tomem todas as medidas necessárias para garantir que terceiros – como empresas – não prejudiquem ou limitem o acesso à alimentação. Por fim, na medida permitida por seus recursos e pela cooperação internacional, os Estados devem tomar medidas para fortalecer o acesso e a utilização dos recursos e meios pelas pessoas para garantir sua subsistência, incluindo a segurança alimentar.⁴⁷

O Comentário Geral 12 (1999) do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) também afirma que “o direito à alimentação adequada é realizado quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico em todos os momentos à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção”.⁴⁸

⁴⁵ O Artigo 2(1) do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) estabelece que: “Each State Party to the present Covenant undertakes to take steps to, individually and through international assistance and cooperation, especially economic and technical, to the maximum of its available resources, with a view to achieving progressively the full realization of the rights recognized in the present Covenant by all appropriate means, including particularly the adoption of legislative measures.” (Cada Estado parte no presente Pacto compromete-se a tomar medidas para individualmente e por meio de assistência e cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, até o máximo de seus recursos disponíveis, com vistas a alcançar progressivamente a plena realização dos direitos reconhecidos no presente Pacto por todos os meios apropriados, inclusive particularmente a adoção de medidas legislativas).

⁴⁶ O Artigo 12, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) determina que “State Parties to the present Covenant recognize the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health.” (Os Estados partes no presente Pacto reconhecem o direito de todos ao gozo do mais alto nível possível de saúde física e mental).

⁴⁷ Relatório sobre o direito a alimentação adequada como direito humano emitido por Sr. Asbjorn Eide, Relator Especial para a Sub-Comissão sobre a Prevenção a Discriminação e Proteção de Minorias, 39^a. Sessão, Item 11 da agenda provisional, E/CN.4/Sub.2/1987/23, página. 24 (parágrafos 112-114). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/139080/?v=pdf&ln=ar>

⁴⁸ CESCR, General Comment 12 (Twentieth session, 1999). Disponível em: <https://docs.un.org/en/E/C.12/1999/5>.

Em Varela, os Felupe e outros povos que vivem na região lutam contra altos níveis de pobreza e marginalização. A falta generalizada de infraestrutura, a falta de eletricidade e o acesso limitado à água representam sérios desafios ao acesso à alimentação e à saúde. Essa situação é agravada pelo acesso insuficiente à educação e pela falta generalizada de estradas pavimentadas e meios de transporte. Muitos entrevistados reclamaram da falta de postos de saúde, escolas e estradas. Em uma entrevista no Centro de Saúde Varela, enfermeiros locais explicaram que três agentes comunitários de saúde atendem a região e que isso é amplamente insuficiente. O posto de saúde não possui meio de transporte próprio (não há ambulância) e a única medicação fornecida pelo Estado é para o tratamento de HIV, tuberculose e malária. Para todos os outros problemas de saúde, as pessoas devem se deslocar para Susana ou São Domingos. Um entrevistado nos disse que, para casos de saúde mais graves, é mais fácil ir ao Senegal do que obter tratamento em Bissau. Os enfermeiros também nos disseram que a coabitação com animais domésticos é uma prática comum, o que pode aumentar os riscos à saúde da população.

Nossa equipa de pesquisa visitou um prédio escolar que encontramos em situação precária, sem iluminação adequada e sem abastecimento adequado e suficiente de água potável. As portas e carteiras estavam quebradas, representando um risco para alunos e professores. Os professores expressaram preocupação com essas questões, bem como com a falta generalizada de materiais didáticos, como cadernos, lápis, giz e livros. Os professores explicaram que, como seus salários são muito baixos, os alunos geralmente pagam uma mensalidade de cerca de 1.000 XOF.

Recomendações: Reconhecemos que os Estados não são obrigados a assegurar que todos os direitos econômicos, sociais e culturais sejam plenamente implementados, de modo a garantir que todos os indivíduos e comunidades gozem de todos os direitos sem limitações. Assim, as limitações de recursos podem constituir uma base para a implementação de direitos em etapas (realização progressiva). Dito isso, algumas obrigações internacionais são imediatamente aplicáveis. Neste caso, a obrigação do Estado de não comprometer a segurança alimentar de seus cidadãos é um dever de respeito e é imediatamente aplicável. Essa obrigação é reforçada no caso de comunidades indígenas, que têm direitos em relação às suas terras tradicionais que podem não se aplicar na mesma medida aos povos não indígenas. Assim, no mínimo, mesmo que a Guiné-Bissau não consiga garantir um padrão de vida adequado a toda a sua população imediatamente, é obrigada a não tomar medidas que possam comprometer o padrão de vida de sua população, com particular ênfase no que diz respeito à capacidade de cultivo de terras tradicionais de povos indígenas como os Felupe.

4. Degradação Ambiental

O impacto da extração de areia pesada aumenta as vulnerabilidades devido às mudanças climáticas em Varela. Chuvas fortes frequentemente causam inundações com impactos severos na agricultura, saúde pública (aumento da transmissão de malária e doenças transmitidas pela água) e infraestrutura.⁴⁹ Na última década, os Felupe têm sofrido o desmantelamento gradual de seus sistemas de subsistência fortemente baseados nos rios, florestas e oceano. Dada a sua localização costeira, a região de Cacheu é particularmente vulnerável às mudanças climáticas. A erosão do litoral é evidente. Chuvas mais intensas, inundações recorrentes e marés mais altas devido à elevação do nível do mar afetam as regiões costeiras com particular gravidade, representando sérias ameaças à população.⁵⁰ As águas do rio são usadas para irrigar campos de arroz (bolanhas) e para pastoreio, mas cada vez mais a população que vive perto dos locais de extração de areia pesada tem notado que as águas usadas no passado estão agora salinizadas ou contaminadas com dejetos humanos. Os entrevistados reclamaram da alteração do solo, da destruição da flora e fauna terrestre e marinha e da contaminação da água, como a salinidade dos rios, que compromete ainda mais suas fontes de alimento. “Os arrozais faziam três ciclos de colheitas. Havia muitos peixes, palmeiras que produziam vinho de palma, óleo de dendê para consumo e venda.” “No passado havia coelhos, gazelas, macacos e crocodilos.”⁵¹



Imagens da erosão no litoral de Varela, 18 de Maio, 2025.

⁴⁹ The Climate Change Knowledge Portal. Guinea-Bissau: Risk and Historical Hazards, 2021. Disponível em: <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/guinea-bissau/vulnerability>.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ Entrevistas em Varela, 24 de Maio, 2025.

A Convenção Framework das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUAC, 1994) apela às nações industrializadas para que apoiem as atividades nos países em desenvolvimento, fornecendo apoio financeiro para ações relacionadas às mudanças climáticas “além de qualquer assistência financeira que já prestam a esses países”⁵² Isso deve permitir que a Guiné-Bissau avalie a vulnerabilidade climática e identifique as necessidades de adaptação, para então negociar com a comunidade internacional, as agências da ONU, o Banco Mundial e outros Estados para receber os fundos necessários para a implementação de medidas de mitigação.

Em Varela, as nossas equipas visitaram alguns dos projetos de adaptação de comunidades em situações de vulnerabilidade devido às alterações climáticas. Estes projetos parecem ter um âmbito limitado e uma abordagem insuficiente para desenvolver a consciencialização e a capacidade de resposta às emergências climáticas. Por exemplo, em Varela Yale, o projeto limitou-se à reabilitação dos arrozais (bolanhas) e à instalação de painéis solares para o funcionamento de um único poço de água.⁵³

Sobre o direito à água, o Comentário Geral 15 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (2002) estabelece que o direito à água está “inextricavelmente ligado” a outros direitos. “O direito humano à água é indispensável para viver com dignidade humana. É um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos.”⁵⁴ E, “As Partes devem assegurar acesso adequado à água para a agricultura de subsistência e para garantir a subsistência dos povos indígenas.”⁵⁵

A Resolução 300 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre as Obrigações do Direito à Água exige explicitamente que os Estados: “protejam os recursos hídricos da poluição, priorizem o fornecimento de água para uso pessoal e doméstico e protejam o direito à água e outros direitos relacionados, cuja realização depende diretamente da gestão dos recursos hídricos.”⁵⁶

O Artigo 5º Princípio da Lei de Base do Ambiente, também conhecida como Lei n.º 1/2011 O artigo 2º estabelece que (c) Poluidor – Pagador estabelece que “O poluidor é obrigado a corrigir ou restaurar o ambiente, suportando os custos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a acção poluidora.”⁵⁷

Membros da comunidade também reclamaram dos altos níveis de ruído

52 United Nations Framework Convention on Climate Change, 1992. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>.

53 Projeto de Reforço da Capacidade de Adaptação e de Resiliência das Comunidades Vulneráveis das Zonas Costeiras da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos.

54 General Comment No. 15: The Right to Water (Arts. 11 and 12 of the Covenant), Introdução.

55 General Comment No. 15: The Right to Water (Art. 11 and 12 of the Covenant), Water and Covenant rights no. 7.

56 ACHPR, Resolution on the Right to Water Obligations – AXHPR/Res.300 (EXT.OS/XVII)2015. Disponível em: <https://achpr.au.int/en/adopted-resolutions/300-resolution-right-water-obligations-achprres300extosxvii2015>

57 República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial. Lei de Base do Ambiente, Lei 1/2011. 2 de Março de 2011. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf>.

provenientes do local de extração. O Artigo 20 da Lei de Base do Ambiente estabelece que serão estabelecidos níveis máximos de ruído. No entanto, até o momento, tais níveis não foram definidos.⁵⁸

Recomendações: As autoridades devem desenvolver e implementar medidas para mitigar os impactos das alterações climáticas, fornecer informações adequadas, promover campanhas de informação e sensibilização e implementar políticas que respondam a esses impactos. Além disso, devem monitorizar as atividades industriais e extrativas para reduzir os casos de poluição e a deterioração do ambiente. As autoridades devem também avaliar e promover, de forma sistemática e contínua, práticas e políticas para mitigar os potenciais impactos das alterações climáticas na região. Devem ainda restaurar as áreas já afetadas pela extração de areias pesadas. A comunidade internacional deve fornecer apoio financeiro a estas iniciativas e medidas, para além do apoio que já presta à Guiné-Bissau.

5. Prisões arbitrárias, intimidação e ameaças a membros da comunidade e defensores dos direitos humanos

Numa tarde de sábado de maio, uma autoridade local, o chefe de um dos comitês locais, nos recebeu em sua casa. Sentamos ao seu redor do lado de fora e seu filho logo se juntou a nós para ajudar a traduzir do felupe para o crioulo; nossa equipa então traduziu do crioulo para o português. Mal tínhamos terminado as apresentações quando dois homens, a caminho da coleta de óleo de palma, segurando facões, vieram ver o que estávamos fazendo e quem éramos. Eles pareciam desconfiados e chateados. “Vocês são do governo?”, perguntaram. “Não queremos a empresa aqui.”

Nossa equipe de pesquisa explicou que estávamos fazendo documentação dos direitos humanos na região. Os homens repetiam nossos nomes e sobrenomes como se estivessem tentando recordar ou encontrar uma conexão, uma prática comum entre os Felupe. Ao perguntar nossos nomes e sobrenomes, eles tentavam estabelecer nossa etnia em relação à sua comunidade. Um de nossos pesquisadores era de uma etnia que eles reconheciam, o que pareceu tranquilizar os homens. Sobre direitos humanos, um dos homens nos disse: “Vamos deixar vocês falarem com o chefe do Comitê mas para mim, enquanto cidadão tenho direitos mas o Estado tem que fazer o bem para a população.”⁵⁹

A suspeita dos homens era mais uma reação de proteção em relação ao líder comunitário, o Chefe do Comitê, o homem sentado no chão, com as pernas

⁵⁸ República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial. Lei de Base do Ambiente, Lei 1/2011. 2 de Março, 2011. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf>

⁵⁹ Entrevistas em Varela, 17 de Maio, 2025.

esticadas sobre uma esteira de palha, recostado, sustentando o peso das costas com um braço, que havia concordado em falar conosco. Calmamente, ele explicou que a comunidade tem cuidado dele mais de perto desde o incidente em abril, quando os militares vieram procurá-lo. Ele falava em felupe e seu filho de 18 anos, que decidiu se juntar a nós, traduziu para crioulo. O líder comunitário não estava em casa quando os militares vieram buscá-lo em abril, mas seu filho estava e testemunhou os eventos.

“O batalhão chegou aqui com bazucas, fomos acordados por volta das 2 - 3 da manhã, foram guardas nacionais. As crianças ficaram assustadas.”⁶⁰ “Eles usavam o distintivo de Guarda Nacional e perguntaram do Comitê. Aqui é a casa do Comitê? Eu disse não. Aqui não é. Não posso lhe contar. Perguntaram do régulo e depois prenderam o régulo e falaram assim seu pai não está aqui, vamos levar você. Eu disse que não tem problema. O régulo não fala crioulo e eu disse que ia para traduzir e me disseram que era para eu ficar.”⁶¹

O pai do jovem, o chefe do Comitê, acrescentou:

“O ministro veio com mais de 20 carros armados com armas de fogo, metralhadoras, bazucas, AK. Não foram falar com a comunidade, foram ao evento com a empresa. Naquele dia o ministro disse que será enviado 100 policiais (Brigada Costeira) para fazer a segurança das atividades da empresa. As prisões foram uma forma de intimidação. Se fossemos homens iam ter tiros.”⁶²

Como o jovem descreveu, naquela noite os militares prenderam o líder espiritual dos Felupe. Nossa equipe entrevistou o régulo em duas ocasiões e ele descreveu o dia de sua prisão.

“Enquanto eu descansava, invadiram a casa. Foram as tropas que disseram que tinham que me levar para São Domingos. Disseram que era por causa da queimança. Eu disse a eles que não sabia sobre a queimança, mas eles insistiram que, como régulo, eu sabia tudo sobre esta comunidade.”⁶³

O régulo explicou que esta foi a primeira vez que foi preso.

“Nunca um problema como esse aconteceu. Levaram para um tribunal e eu disse que não sabia de nada. Estava sem advogado. Só polícias. Com uniforme de polícia. Escreveram uma declaração

⁶⁰ Entrevistas em Varela, 17 de Maio, 2025.

⁶¹ Entrevistas em Varela, 17 de Maio, 2025.

⁶² Entrevistas em Varela, 17 de Maio, 2025.

⁶³ Entrevistas em Varela, 17 de Maio, 2025.

e assinei com o dedo (digital). Não recebi cópia. Disseram que se tiver algo vão avisar de Bissau. Os jovens da comunidade que vivem em Bissau é que levaram comida e trouxeram dinheiro e pagaram o combustível para voltar. Fiquei preocupado porque enquanto estava em Bissau, a comunidade parou de trabalhar e esta é a época mais difícil porque precisam trabalhar muito antes das chuvas.”⁶⁴

Embora a mídia local e internacional tenha relatado que houve 16 prisões relacionadas aos protestos, conseguimos documentar a prisão de cinco pessoas. Entre os detidos estavam dois régulos, um líder de comitê e duas mulheres, que foram levados para Ingoré e depois transferidos para uma prisão em Bissau, onde permaneceram presos por 10 dias. Uma das mulheres é moradora de Nhiquim. Quando nossa equipe a entrevistou pela primeira vez, ela segurava sua neta adormecida nos braços. Ela nos contou que, no dia do incidente, tentou atravessar a rua de Nhiquim e um soldado a acusou de participar do protesto e a prendeu. Ela ficou detida por muitas horas sem comida e água e depois foi levada para Ingoré, onde foi detida com os outros quatro líderes comunitários. Após dois segundos, o grupo foi levado para Bissau. Os policiais a interrogaram, querendo saber quem havia incendiado a estrutura de extração. Essa mulher disse que não sabia. Ela descreveu suas condições de detenção como péssimas. Foram os membros da comunidade que a alimentaram e lhe deram água nos dias em que esteve detida.

A outra mulher presa foi Valentina Cirelli. Valentina, com dupla cidadania da Guiné-Bissau e da Itália, é empreendedora. Ela é proprietária e gestora de um hotel na região de Varela e se considera uma ativista ambiental.⁶⁵ No início do ano, Valentina foi alvo de críticas por suas postagens nas redes sociais denunciando os problemas da extração de areia em Varela. As postagens também defendiam o consentimento informado da população. Valentina já havia sido alvo de um processo por difamação em janeiro.⁶⁶ Para nossa equipe de pesquisa, ela descreveu o dia da prisão:

“Na sexta, estava com amigas aqui no hotel quando a Maria veio me avisar que colocaram fogo nas máquinas. Ai, vieram seis militares aqui e me chamaram. Disseram que eu precisava ir com eles. Eu perguntei se eles tinham algum mandado. Eles não tinham nenhum mandado e disseram: o nosso superior quer falar contigo. Os militares eram de fora. Estavam uniformizados. O interrogatório foi ordem do Ministério Público. Não era uma

⁶⁴ Entrevista com o Régulo em Varela, 18 de Maio, 2025.

⁶⁵ *Allianz*. Italian activist Valentina Cirelli arrested in Guinea Bissau: fighting against the opening of a mine without environmental assessment. April 24, 2025. Disponível em: <https://en.ilsol24ore.com/art/italian-activist-arrestedguinea-bissau-valentina-cirelli-case-and-other-detainees-AH8G1rR>.

⁶⁶ Entrevista com Valentina Cirelli em Varela. 17 de Maio, 2025.

ordem de prisão. Eu disse, bom, vou no meu carro. Peguei meu casaco e telefone. Quando cheguei estavam presos também os dois Regulos e o Comitê de Casulô. Falaram que as autoridades viriam para interrogá-los no outro dia e que teríamos que dormir lá. Veio alguém dos Direitos Humanos mas não deixaram entrar. Dormimos lá. Chegou uma mulher também presa e disseram que iam para Bissau. Fomos então para a segunda esquadra em Bissau. Não deixaram eu falar com o advogado nem o Cônsul. Fui interrogada por 8 policiais e depois desse interrogatório o Ministro do Interior me perguntou: Varela é sua? Sabe que dizem que foi você? Sabe que o governo é o dono de Varela e pode fazer o que quiser?”⁶⁷

Valentina agora enfrenta um segundo processo por incitação ao crime.⁶⁸

Recomendações: As autoridades devem investigar e punir os responsáveis pelos abusos cometidos durante as prisões que se seguiram ao protesto e à destruição da estrutura de extração de areia, incluindo a prisão e detenção arbitrárias de líderes comunitários. As autoridades devem eliminar ou reduzir significativamente o efetivo militar destacado para proteger locais de interesse privado. Caso haja agentes da lei presentes nesses locais ou nas proximidades, eles devem ser treinados para trabalhar com as comunidades e respeitar integralmente os direitos humanos. As autoridades devem cumprir criteriosamente a lei e certificar-se que quaisquer detenções obedeçam à normativa do direito internacional dos direitos humanos.



⁶⁷ Entrevista com Valentina Cirelli em Varela. 17 de Maio, 2025.

⁶⁸ Proc. No.31/2025, Crime de Dano na sua forma qualificada (Art.150/1 and 151/1 al.b do Código Penal).

ADENDA

Metodologia

Durante o mês de janeiro, a University Network for Human Rights (UNHR) e a Justiça Global (JG) ofereceram três semanas de treinamento em Direitos Humanos e Mecanismos Internacionais. Um segundo elemento do programa envolveu treinamento em pesquisa de campo, documentação de direitos humanos e elaboração de relatórios e campanhas de *advocacy* sobre uma situação de abuso de direitos na Guiné-Bissau. Em março de 2025, o grupo decidiu examinar o impacto da extração de areia pesada na região do Cacheu. Entre os meses de março e abril, a UNHR selecionou quatro ativistas guineenses que integraram as equipes de pesquisa e documentação. Um grupo de quatro estudantes universitários dos EUA auxiliou na pesquisa, viajando a Lisboa para trabalhar na pesquisa de base e no quadro legal a ser considerado. Durante o mês de maio de 2025, três equipes de pesquisa trabalharam em Varela, conduzindo entrevistas e coletando dados em cinco aldeias para documentar a extração de areias pesadas na região e seu impacto nos direitos humanos e no meio ambiente. Realizamos 42 entrevistas em Varela, Bissau, Lisboa e remotamente com especialistas e acadêmicos. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas principalmente por ativistas da Guiné-Bissau com o apoio de supervisores de pesquisa da UNHR e da JG.



Agradecimentos

Diversas pessoas e instituições contribuíram para a pesquisa e este relatório. Gostaríamos de agradecer a todos que trabalharam diretamente na pesquisa, coleta de informações e redação do estudo, nomeadamente aos pesquisadores e supervisores Nadejda Marques, Aua Baldé, James Cavallaro, às nossas parceiras brasileiras na Justiça Global, Melisanda Trentin e Emily Maya Almeida, aos nossos parceiros bissau-guineenses Kevin Pontes, Domingos da Silva, Fatumata Binta Candé e Carlos Pereira, e aos estudantes da UNHR, Addelyne Lilley, Liliana Ahluwalia, Saakshi Kumar Challa e Akram Elkouraichi. Agradecemos a Thomas Becker e Sofía Galván pela revisão e a Cybelle Mendes pelo design gráfico do relatório.

Agradecemos também a Camilla Silva Floistrup, Oficial de Direitos Humanos do ACNUDH Guiné-Bissau, e ao escritório e equipe do PNUD na Guiné-Bissau pelo generoso apoio e assistência durante a implementação deste projeto de pesquisa e treinamento. A UNHR também agradece a todos que dedicaram parte de seu tempo às nossas entrevistas, bem como aos chefes de instituições públicas que forneceram informações relevantes para a conclusão deste estudo. A UNHR expressa sua gratidão aos líderes tradicionais de Varela, que receberam os pesquisadores e forneceram informações úteis, bem como aos membros da comunidade que se disponibilizaram e concordaram em ser entrevistados para este projeto.

Ciente de que este relatório, embora abrangente, não é exaustivo na avaliação do impacto da extração de areias pesadas em Cacheu, a UNHR agradece comentários, críticas, opiniões e sugestões, para melhorar o presente trabalho, mas também para auxiliar os próximos pesquisadores que se envolverão no trabalho de acompanhamento como parte deste projeto.

